

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MARLLON VIEIRA DE OLIVEIRA**

**ANÁLISE COMPARATIVA DE CRISES FISCAIS: PAÍSES-MEMBROS DA UNIÃO  
EUROPEIA *VERSUS* ESTADOS BRASILEIROS**

Florianópolis  
2011

MARLLON VIEIRA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE COMPARATIVA DE CRISES FISCAIS: PAÍSES-MEMBROS DA UNIÃO  
EUROPEIA *VERSUS* ESTADOS BRASILEIROS**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Prof. João Rogério Sanson, Dr.

Florianópolis  
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_ a Marllon Vieira de Oliveira na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. João Rogério Sanson, Dr.

---

Prof. Mauricio Simiano Nunes, Dr.

---

Prof. Wagner Leal Arienti, Dr.

*Dedico este humilde trabalho ao meu pai,  
Adilson (in memoriam), pelo incentivo e apoio em  
minha formação acadêmica.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela saúde e força para a consecução de meus objetivos.

A toda minha família, pelo apoio incondicional durante todo o curso; em especial a minha mãe, Vera, e a minha irmã, Marla.

Ao orientador desta monografia, Professor João Rogério Sanson, pelo profissionalismo, paciência e por me motivar durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos profissionais do ITAG/ESAG, pelo auxílio na busca dos índices de preços nos arquivos desta instituição.

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade aferir se a evolução de preços e de PIB, sob política fiscal expansionista de estados brasileiros e de países-membros da União Monetária Europeia (UME), é similar em contexto de crise de dívida pública. Metodologicamente, trata-se de um estudo macroeconômico e estatístico-econômico que compara a evolução do déficit público e das principais variáveis por ele influenciadas. Para isso, alguns elementos do raciocínio macroeconômico foram revisados a fim de dar suporte à futura análise. Posteriormente, é apresentado um grupo de países europeus em sua última crise econômica – Alemanha, França, Grécia, e Espanha –, e um grupo de estados brasileiros acometidos por uma grave crise fiscal na década de 1990 – Santa Catarina, São Paulo, Bahia e Pernambuco. A análise consiste na utilização de dados de PIB, preços e déficit público, buscando possível nexo de causalidade entre gasto público e crescimento do produto. A pesquisa tem como motivação os artigos de Krugman (2010a e 2010b), nos quais o autor descreve as dificuldades dos países da União Monetária Europeia em administrar o bloco econômico. Considerando uma situação similar aos países da UME, em que a moeda e a taxa básica de juros é única para seus membros, o estudo sobre os estados brasileiros pretende contribuir com a explicação do processo de endividamento dessas unidades subnacionais. Apesar dos efeitos fiscais serem mais evidentes nos países do UME, por conta da ausência de governo central na Europa, o presente trabalho evidencia uma diferença de possíveis efeitos do déficit público estadual sobre o aumento do produto e dos níveis de preços para os Estados de São Paulo e Santa Catarina em relação ao Estado da Bahia.

**Palavras-chave:** União monetária. Crise fiscal. Índices de preços.

## ABSTRACT

This study aims to assess the evolution of prices and expansionary fiscal policy on GDP of Brazilian states and members of the European Monetary Union in the context of debt crisis. Methodologically, this is a macroeconomic and statistical study, which compares the economic evolution of the public deficit and the main variables influenced by it. For this, some elements of the macroeconomic reasoning were reviewed to support the future analysis. Later, it presented a group of European countries in its latest economic crisis - Germany, France, Greece, and Spain - and a group of Brazilian states affected by the severe fiscal crisis in the 90 - Santa Catarina, São Paulo, Bahia and Pernambuco. The analysis uses data of the GDP, price index and indebtedness of governments, seeking possible link between public spending and output growth. The research is motivated by articles of Krugman (2010a and 2010b) in which the author describes the difficulties of the European Monetary Union in managing the economic block. With similar situation of the UME, where the currency and the interest rate is unique to its members, the study of the Brazilian states intends to contribute to the explanation of the debt of these subnational units. Even though the fiscal effects are most evident in the EMU countries, for the reason of the lack of a central Government in Europe, this work demonstrates the correlation of increased public spending with the increase of the product and price levels for the States of São Paulo and Santa Catarina comparing to the State of Bahia.

**Keywords:** Monetary union. Fiscal crisis. Price index.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento do PIB na Europa. Base: 1998=100 .....	23
Gráfico 2: Índices de preços na Europa. Base: 1998=100.....	24
Gráfico 3: Resultado orçamentário de governos europeus em percentual do PIB .....	25
Gráfico 4: Índices de preços mensais na Zona do Euro. Base: Dezembro de 2009=100.....	27
Gráfico 5: PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2000 (mil) - Deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional. Base: 1986=100.....	31
Gráfico 6: Índices de preços em regiões brasileiras. Base: 1986 =100 .....	32
Gráfico 7: Índices de preços em regiões brasileiras. Base: 1994 =100 .....	32
Gráfico 8: Resultados orçamentários de governos estaduais em percentual do PIB.....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programa de apoio à reestruturação e ao ajuste de Estados – contratos firmados entre a União e os Estados.....	30
Tabela A-1: Crescimento do PIB na Zona do Euro: Base 1998=100.....	39
Tabela A-2: Resultados Orçamentários de Governos na Zona do Euro: Percentual do PIB..	39
Tabela A-3: Índices de preços nos países da União Monetária Europeia: Base 1998=100 .....	40
Tabela A-4: Índices de preços mensais nos países da União Monetária: Base Dezembro 2009=100.....	40
Tabela A-5: Crescimento do PIB nos estados brasileiros: Base 1986=100 .....	41
Tabela A-6: Receita orçamentária - estadual - R\$ mil (valores correntes) .....	41
Tabela A-7: Despesa orçamentária - estadual - R\$ mil (valores correntes) .....	42
Tabela A-8: Resultado orçamentário estadual - R\$ mil (valores correntes).....	42
Tabela A-9: PIB Estadual a preços de mercado corrente - R\$ mil.....	43
Tabela A-10: Resultado orçamentário/PIB - estadual - % .....	43
Tabela A-11: Índices de preços ao consumidor: Base 1986=100 .....	44
Tabela A-12: Índices de preços ao consumidor: Base 1994=100 .....	45

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 CRISE ECONÔMICA EM UNIÃO MONETÁRIA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	12
<b>1.2.1 Objetivo geral.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>13</b>
1.3 METODOLOGIA.....	13
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	14
<b>2 TAXA DE CÂMBIO FIXO E POLÍTICA MONETÁRIA.....</b>	<b>15</b>
2.1 DEMANDA AGREGADA .....	15
2.2 OFERTA AGREGADA .....	18
<b>3 CRISES ECONÔMICAS SOB UNIÃO MONETÁRIA .....</b>	<b>22</b>
3.1 ANÁLISE DA CRISE NOS PAÍSES DA UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA .....	22
3.2 ANÁLISE DA CRISE NOS ESTADOS BRASILEIROS .....	27
<b>4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>33</b>
4.1 CONCLUSÕES .....	34
4.2 RECOMENDAÇÕES.....	35
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CRISE ECONÔMICA EM UNIÃO MONETÁRIA

A última crise econômica mundial, deflagrada em 2008, fechou um ciclo de recuperação econômica europeia de curto prazo. A crise internacional atingiu primeiro o centro – Estados Unidos, Europa e Japão – e depois a periferia do capitalismo. Mesmo as economias com altas taxas de crescimento do produto, como China e Índia, sofreram diminuição de seu ritmo de crescimento com essa crise.

Difícilmente uma crise aparece com a mesma intensidade em cada país. Isso ocorre por inúmeros motivos; dentre os quais estão as políticas fiscal e monetária adotadas e a estrutura institucional. Mas a possibilidade que muitos governos têm em alterar a taxa nominal de câmbio, permitindo a desvalorização da moeda nacional, transforma-se em uma poderosa arma de combate à crise.

A União Europeia, ao introduzir o euro como moeda única, retirou dos países participantes a autonomia sobre a política monetária e cambial. Entre os países participantes da União Europeia isso equivale à taxa de câmbio fixo:

O nascimento do euro resultou em taxa de câmbio fixo entre todos os países signatários da União Econômica e Monetária (UEM). Na decisão de compartilhar uma moeda única, no entanto, os países da UEM sacrificaram a soberania de suas políticas monetárias mais do que um regime de taxas de câmbio fixas exigiria. Eles concordaram em renunciar inteiramente as moedas nacionais e em abrir mão do controle de suas políticas monetárias, delegando-as a um Sistema Europeu de Bancos Centrais Compartilhados (SEBC). (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p. 449)

Ao analisar as consequências da crise na Espanha, Krugman (2010a) relembra que “a Europa carece de alguns dos atributos-chave de uma área monetária bem-sucedida. Sobretudo, carece de um governo central”. Outro atributo-chave para uma união monetária bem sucedida é a mobilidade de trabalho. Contudo,

[...] a mobilidade do trabalho é muito baixa na Europa – e é provável que permaneça baixa. Os trabalhadores movimentam-se muito menos dentro dos países europeus do que os trabalhadores dentro dos Estados Unidos. [...] O risco, portanto, é de que, em algum momento no futuro, um ou mais membros do euro sofram declínios acentuados da demanda e do produto e

não possam recorrer nem à taxa de juros, nem à taxa de câmbio para aumentar o nível de atividade. (BLANCHARD, 2007, p. 427-428)

Krugman (2010b) ainda compara a situação da Grécia, dentro da União Europeia, com a situação do Estado da Califórnia, que é um dos principais estados da federação americana. Ambos estão envolvidos em crises econômicas, em grau diferenciado, dentro de suas federações. Entretanto, a Califórnia é mais fortemente afetada por gastos públicos do governo central que a Grécia, considerando-se que a União Europeia praticamente não tem o mesmo nível de governo. Nas palavras de Krugman (2010b), os

[...] recursos para financiar o Estado podem ser reduzidos, mas o reembolso do Medicare, os pagamentos da previdência social e os pagamentos para as indústrias fornecedoras da defesa continuarão a chegar. [...] O que isso significa, entre outras coisas, é que os apuros do orçamento da Califórnia não impedirão que o Estado participe de uma recuperação econômica mais ampla dos Estados Unidos. Os cortes no orçamento da Grécia, por outro lado, terão um efeito depressivo sobre a já deprimida economia. (KRUGMAN, 2010b, p.1)

Ao analisar as causas das dificuldades para o ajustamento à crise, Krugman (2010b) diz que Califórnia e Grécia “[...] enfrentam problemas fiscais profundos, [pois] ambos têm uma história de irresponsabilidade fiscal”. Porém, segundo Krugman e Obstfeld (2005, p. 466), a União Europeia tem poderes limitados de tributação e somente pratica o federalismo fiscal em uma escala muito pequena.

Na Europa, o período de expansão econômica, sustentada nos anos anteriores a 2008, levou a um reforço dos efeitos da política fiscal sobre a demanda agregada. Na verdade, Krugman (2010a) mostra que o PIB e um índice de preços da Espanha evoluíram em ritmo maior que para o resto da União Europeia.

É possível fazer uma analogia da crise dos países europeus citados com a crise dos estados brasileiros ao longo da década de 1990, o que em parte é motivada pela análise do caso californiano realizada por Krugman (2010b). Assim como os países europeus atualmente, as unidades federativas brasileiras encontravam-se em profunda crise econômica. Como na União Monetária Europeia, o sistema federativo brasileiro retira dos governos locais a possibilidade de utilizar políticas monetária e cambial. No entanto, a federação brasileira conta com a presença de um governo central. E a ausência de um governo central na União Monetária Europeia dá mais liberdade para a política fiscal dos seus países-membros.

Em contraste, nos estados da federação brasileira, isso é diferente. O governo central brasileiro é demasiadamente forte em comparação à União Monetária Europeia, o que

compeliu os estados da federação brasileira a controlarem sua política fiscal expansionista dos anos de 1990 (LOPREATO, 2002, p. 215).

Todavia, a crise econômica pela qual passavam as unidades federativas brasileiras obrigou os estados-membros brasileiros a renegociarem boa parte da dívida com a União, em um processo chamado de federalização da dívida, que ocorreu nos anos de 1997 e 1998.

Esse processo de endividamento dos estados brasileiros, como será observado no capítulo 3, tem suas origens há décadas, quando os estados perderam autonomia sobre o instrumento tributário e foram forçados a utilizar outros meios de financiamento público, que envolvia basicamente os bancos e as empresas estaduais.

O processo do controle das contas das unidades subnacionais brasileiras, que posteriormente culminou na Lei de Responsabilidade Fiscal no ano 2000, deve-se ao fato de o governo federal

[...] ser cada vez mais cobrado pela adoção de um plano de estabilização que finalmente desse conta do problema da altíssima inflação, o que idealmente deveria ser acompanhado de um estrito controle do gasto público como um todo – e não apenas da parcela do governo federal. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000, p. 332, grifos meus)

A análise de Krugman (2010a; 2010b) motiva uma comparação da experiência europeia com a brasileira. Na análise aqui realizada, busca-se identificar se o efeito da política fiscal dos estados brasileiros aparece na evolução de preços e de PIB, assim como ocorreu na Espanha e na Grécia.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da presente monografia é aferir se a evolução de preços e de PIB, sob política fiscal expansionista de estados brasileiros e de países-membros da União Europeia, é similar.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da presente monografia são:

- revisar a teoria macroeconômica aberta para economias com câmbio fixo;
- comparar a evolução do produto, déficit público e índices de preços de 1998 a 2010, para Grécia, Espanha, Alemanha e França;
- comparar a evolução do produto, índices de preços e déficit público, para o período de 1986 a 1998, dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco e Bahia.

### 1.3 METODOLOGIA

A monografia tem um caráter exploratório descritivo (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 32) e busca a relação de causalidade para a crise fiscal em alguns países europeus e nos estados da federação brasileira.

Prioritariamente são utilizadas fontes primárias em arquivos de domínio público, ou seja, que ainda não sofreram nenhum tratamento analítico.

O presente trabalho tem abordagem quantitativa, baseada em modelo macroeconômico e no uso de Gráficos de séries de tempo, que podem ser chamados de estatística econômica.

A pesquisa consiste na análise e comparação de séries históricas de países europeus com séries históricas de estados da federação brasileira. Para isso, são utilizadas séries de índices de crescimento do produto, índices de preços e, por último, os superávits públicos.

Essas séries serão descritas para um grupo de países-membros da União Monetária Europeia e um grupo de estados brasileiros. Para os países-membros da União Monetária Europeia foram selecionados quatro economias no período de 1998, ano posterior à crise dos chamados “tigres asiáticos”, até o ano de 2010: Alemanha e França – que se supõem como economias austeras –, e as economias da Grécia e da Espanha – mencionadas por Krugman (2010a e 2010b) como países com política fiscal frouxa.

O período inicial da análise dos dados para os estados brasileiros foi estabelecido em 1986, por marcar a mudança de moeda: no caso, o cruzado. Já a escolha dos estados foi baseada na facilidade de acesso a séries de índices de preços estaduais e na descrição feita por Lopreato (2002) de como esses estados renegociaram sua dívida pública entre 1997 e 1998

com a União. Os dados desse estudo foram complementados pelo levantamento do PIB estadual a preços correntes no IPEADATA.<sup>1</sup>

Dentre os estados que renegociaram sua dívida com a União, e que apresentaram alto grau de endividamento, foram selecionados os estados de São Paulo e de Santa Catarina. Como parâmetro de comparação, dois outros Estados foram selecionados, apresentando baixo percentual de endividamento: Bahia e Pernambuco.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente monografia é composta por outros três capítulos, além desta introdução. O próximo capítulo apresenta conceitos relacionados à abordagem teórica adotada no presente estudo. Será revisada a teoria macroeconômica para economias abertas, sob taxa de câmbio fixo, com ênfase nas curvas de demanda e oferta agregadas e no equilíbrio de médio prazo.

No terceiro capítulo, mostram-se os dados da pesquisa. A primeira parte desse capítulo é dedicada ao estudo econômico dos países-membros da União Monetária Europeia: verificação do PIB, dos índices de preços e do superávit público. A segunda parte refere-se ao estudo dos estados da federação brasileira: do mesmo modo são apresentados o PIB, os índices de preços e o superávit de governos.

No quarto capítulo, apresentam-se as conclusões e recomendações deste trabalho. Os dados dos países-membros da União Monetária Europeia são confrontados com os dados da federação brasileira.

Após a apresentação das referências bibliográficas, os dados originais utilizados para a análise efetivada neste trabalho são mostrados em tabelas (Apêndice). Essas tabelas são a fonte dos dados que se encontram nos gráficos expostos neste estudo.

---

<sup>1</sup> Base de dados econômicos mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

## 2 TAXA DE CÂMBIO FIXO E POLÍTICA MONETÁRIA

No presente capítulo será revisado o funcionamento da curva de oferta e de demanda agregada em economias sob o regime de câmbio fixo e situação equivalente, como união monetária. O objetivo é evidenciar como o aumento do produto afeta o nível de preços.<sup>2</sup>

### 2.1 DEMANDA AGREGADA

Em economias abertas, o equilíbrio do mercado de bens requer que o produto ( $Y$ ) seja igual à demanda por bens domésticos ( $Z$ ):

$$Y=Z$$

A demanda por bens sob taxa de câmbio fixo, segundo a notação de Blanchard (2007, p. 396), é função do consumo ( $C$ ), investimento ( $I$ ), gastos do governo ( $G$ ) e exportações líquidas ( $NX$ ):

$$Y= C(Y - T) + I(Y, r) + G + NX(Y, Y^*, e)$$

O aumento do consumo, investimento, gastos do governo e das exportações líquidas tendem a aumentar o produto, sendo que o consumo é diretamente proporcional ao aumento do produto e inversamente proporcional ao aumento de tributos ( $T$ ). O investimento é afetado positivamente pelo produto e negativamente pela taxa real de juros ( $r$ ). Já os gastos do governo ( $G$ ) são vistos como variável de controle do governo, e as exportações líquidas são afetadas negativamente pelo aumento do produto interno ( $Y$ ), pois têm inclinação ao aumento da demanda externa de bens e serviços, aumentam com o incremento do produto dos demais países ( $Y^*$ ), que implica em mais exportações, e diminuem com a apreciação da taxa real de câmbio ( $e$ ).

---

<sup>2</sup> Capítulo baseado em Blanchard (2007).

A taxa real de câmbio é definida como função da taxa nominal de câmbio ( $E$ )<sup>3</sup> multiplicada pelo nível de preços internos ( $P$ ), dividida pelo nível de preços estrangeiros ( $P^*$ ):

$$e = \frac{EP}{P^*}$$

Em virtude da moeda única, existe a impossibilidade dos governos em mudar a taxa nominal de câmbio ( $E$ ), tendo em vista que o preço da moeda nacional é igual ao preço da moeda estrangeira, ou seja,

$$E=1$$

Assim, a taxa real de câmbio é determinada pelo nível de preços internos dividido pelo nível de preços externos. Presume-se, desse modo, que a taxa de câmbio, em economias em união monetária, é equivalente à taxa de câmbio em economias sob taxa de câmbio fixo, com câmbio nominal igual a um:

$$e = \frac{P}{P^*}$$

Portanto, a relação de nível de preços internos pelo nível de preços de países vizinhos aparece como elemento condicionante para a análise do próximo capítulo.

Por exemplo, se a médio prazo a economia interna apresentar índices de preços relativamente maiores que um grupo de países, o resultado esperado é a apreciação da taxa real de câmbio, tornando bens e serviços domésticos mais caros. As exportações líquidas caem, diminuindo a demanda por bens domésticos com a consequente queda do produto.

Na função de investimento, por sua vez, tem-se a suposição, segundo a equação de Fisher (BLANCHARD, 2007, p. 282), que a taxa real de juros ( $r$ ) iguala a taxa nominal de juros ( $i$ ), menos a taxa de inflação esperada ( $\pi^e$ ):

$$r = i - \pi^e$$

---

<sup>3</sup> Para Blanchard (2007, p. 354), a taxa nominal de câmbio é definida “como o preço da moeda nacional em termos da moeda estrangeira”.

No ambiente de câmbio fixo com mobilidade perfeita de capitais, conforme Blanchard (2007, p. 406), o governo perde a possibilidade de usar a política monetária para estabilizar a economia. Isso é consequência da relação da paridade de juros descoberta:

$$(1 + i_t) = (1 + i_t^*) \left( \frac{E_t}{E_{t+1}^e} \right)$$

Onde  $(1 + i_t)$  representa a remuneração de títulos internos de um ano, e  $(1 + i_t^*)$  mostra a remuneração de títulos estrangeiros no mesmo ano. O termo  $E_t$  expressa a taxa nominal nesse mesmo período, e  $E_{t+1}^e$  é a expectativa sobre a taxa nominal de câmbio no ano seguinte.

E, supondo que no ambiente de câmbio fixo

[...] os países estejam dispostos a tolerar grandes variações de suas taxas de câmbio, as taxas de juros interna e externa provavelmente se moverão praticamente juntas. [...] Se os mercados acreditarem nesse compromisso, esperarão que a taxa de câmbio permaneça constante e a depreciação esperada será igual a zero. Nesse caso a condição de arbitragem implica que as taxas de juros [...] se moverão exatamente juntas. (BLANCHARD, 2007, p. 366)

Assim,

$$i = i^*$$

Logo,

$$r = i^* - \pi^e$$

Nesse sentido, o equilíbrio do mercado de bens pode agora ser descrito por:

$$Y = C(Y - T) + I(Y, i^* - \pi^e) + G + NX(Y, Y^*, \frac{EP}{P^*})$$

Nessa equação, considerando a variável  $P$  dada (BLANCHARD, 2007, p. 397), no contexto do modelo IS-LM,  $Y$  é a única variável a ser determinada. As variáveis de controle do governo são:  $E$ ,  $G$  e  $T$ . As demais variáveis são dadas nesta equação:

$$P, P^*, i^* \text{ e } \pi^e.$$

Se houver um aumento de  $P$ , ocorre alteração da apreciação do câmbio real. Isso diminui as exportações líquidas e, conseqüentemente, reduz a demanda doméstica por bens. Há, dessa forma, uma relação inversa entre  $P$  e  $Y$ . O efeito de  $P$  sobre  $Y$  ocorre via mercado de câmbio, com alterações da taxa real de câmbio (BLANCHARD, 2007, p. 414-415).

Para a presente análise, Blanchard (2007, p. 415) reescreve a demanda doméstica por bens de forma mais compacta, incluindo apenas a taxa real de câmbio, que inclui  $E$ , e as demais variáveis de controle:

$$Y = Y\left(\frac{EP}{P^*}, G, T\right)$$

## 2.2 OFERTA AGREGADA

A relação de oferta agregada para Blanchard (2007, p. 128) “representa os efeitos do produto sobre o nível de preços, sendo derivada do comportamento de salários e preços”. Essa relação é determinada pelo preço ( $P$ ). O preço, por sua vez, é fixado com base nas expectativas futuras de preços ( $P^e$ ), multiplicado pela soma de  $1$  com a margem (*mark-up*),  $(1 + u)$ , da taxa de desemprego,  $u$ , representada por  $\left(1 - \frac{Y}{L}\right)$ , e de  $z$ , “que representa todos os outros fatores que afetam a determinação dos salários, do seguro desemprego e a forma de negociação coletiva” (BLANCHARD, 2007, p. 128):

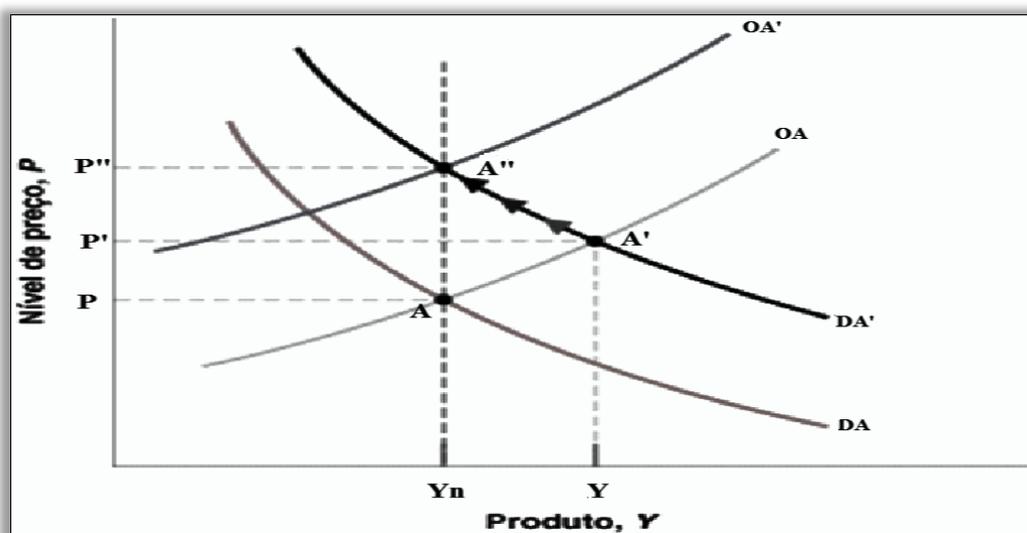
$$P = P^e(1 + u)F\left(1 - \frac{Y}{L}, z\right)$$

Considerando que a economia tenha sido estimulada por uma quantidade significativa de gastos do governo ou de investimentos, nesse sentido, haverá uma situação onde a economia tende a uma demanda aquecida, onde o nível de produto é maior que o nível natural do produto.<sup>4</sup> Para Blanchard (2007, p. 133), “no curto prazo, não há razão para que o produto deva ser igual ao nível natural de produto. Tudo depende dos valores específicos do nível esperado de preços e dos valores das variáveis que afetam a posição da demanda agregada”.

O equilíbrio do mercado de bens é o ponto onde as curvas de demanda agregada e oferta agregada se encontram. Isso significa dizer que para um dado nível de produto ( $Y$ ) na curva de demanda agregada, existirá um nível de preços esperados na curva de oferta agregada que corresponda a esse nível de produto. De acordo com Blanchard (2007, p. 133), “o equilíbrio depende claramente do valor do preço esperado. O valor do preço esperado determina a posição da curva de oferta agregada, e a posição da curva de oferta agregada afeta o equilíbrio”.

Na análise do equilíbrio de médio prazo, considera-se um período longo o suficiente em que o nível de preços tende a igualar o nível de preços esperados. Isso ocorre quando os fixadores de salários determinam o nível de salários como estabelecido, sem perspectivas de mudanças (BLANCHARD, 2007, p. 133-135).

No Gráfico 1, a situação de equilíbrio de médio prazo inicial ocorre no ponto A, onde a curva de demanda agregada (DA) e oferta agregada (OA) se encontram, e o nível de preços é igual ao nível de preços esperados.



**Figura 1:** Efeitos do aumento de investimentos sobre a economia  
**Fonte:** BLANCHARD, 2007, p. 135.

<sup>4</sup> Nível natural de produto, para Blanchard (2007, p. 119), “é o nível de produção quando o emprego é igual ao nível natural do emprego”.

Supondo que a economia receba algum estímulo, podendo ser um eventual aumento dos gastos do governo ou de investimentos, o incremento de uma dessas variáveis tenderá ao aumento da demanda por bens e serviços, possibilitando o aumento do produto. No curto prazo, o produto estará acima do nível natural de produto:

$$\text{Nível de produto} > \text{Nível natural de produto}$$

No médio prazo, à medida que a economia permanece aquecida, a curva de demanda agregada desloca-se sobre a curva de oferta agregada. O deslocamento da curva de demanda agregada para a direita, sobre a curva de OA, ao nível do produto (Y), até o ponto A', coloca o nível de preços efetivos acima dos preços esperados, estipulados pelos fixadores de salário, implícitos na curva de oferta agregada, OA. Pode-se afirmar que o ajuste nesse movimento ocorre via mudança de níveis de preços.

Quando o nível de preços é mais alto que o nível de preços esperados pelos fixadores de salários, estes reveem as suas expectativas, possibilitando que a curva de OA desloque-se para cima, sobre a curva DA'. Dito de outra forma, os salários aumentam para conservar o poder de compra da classe trabalhadora. Assim, quando sindicatos ou representantes da classe trabalhadora determinarem os salários, farão na expectativa em que o  $P^e' > P^e$ .

Com níveis de salários maiores, os custos de produção das empresas aumentam, resultando em bens e serviços mais caros. Em países sob regime de taxa de câmbio fixo, ou situação equivalente, como economias em união monetária, o aumento relativo dos níveis de preços aprecia a taxa de câmbio real e diminui a demanda por bens e serviços domésticos, favorecendo a queda do produto. Isso induz o deslocamento da curva OA para cima, sobre DA', até OA'. Blanchard relata que “o processo de ajuste para quando o produto volta ao nível natural de produto” (BLANCHARD, 2007, p. 134).

O resultado disso, como aponta Blanchard (2007, p. 133), é que, após essa dinâmica de ajustes, o produto tenda a voltar ao seu nível natural, porém com níveis de preços superiores ao período inicial de médio prazo.

Na eventual situação de moeda única, os países em união monetária abrem mão de algumas das principais ferramentas de política econômica: a política monetária e a política cambial. A taxa básica de juros é única para os países, definida pelo banco central da área monetária comum. Como reflexo disso, fica inviável eventual desvalorização da taxa nominal

de câmbio. A impressão que se tem é que a economia em relação a seus parceiros de comércio está presa à situação equivalente a um regime de câmbio fixo.

Isso significa que, em relação aos demais países do grupo econômico, o único modo de alterar a taxa real de câmbio é diminuindo o nível de preços internos ou esperar que o nível de preços dos países vizinhos de comércio aumente.

Eventualmente, pode-se alterar esse regime similar de câmbio fixo no curto prazo, desde que haja a disposição para abandonar a área monetária comum.

### 3 CRISES ECONÔMICAS SOB UNIÃO MONETÁRIA

Observado os mecanismos de ajustes de médio prazo em economias sob câmbio fixo e em situação similar, como as economias que convivem em união monetária, o presente capítulo destaca primeiro a crise nos países na Zona do Euro e posteriormente a crise dos Estados brasileiros.

#### 3.1 ANÁLISE DA CRISE NOS PAÍSES DA UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA

O Tratado de Maastricht colocou a Europa no caminho de uma moeda única, o euro, ou seja, além de integração aduaneira com livre circulação de mercadorias, alguns países europeus ainda optaram pela adoção dessa moeda única.

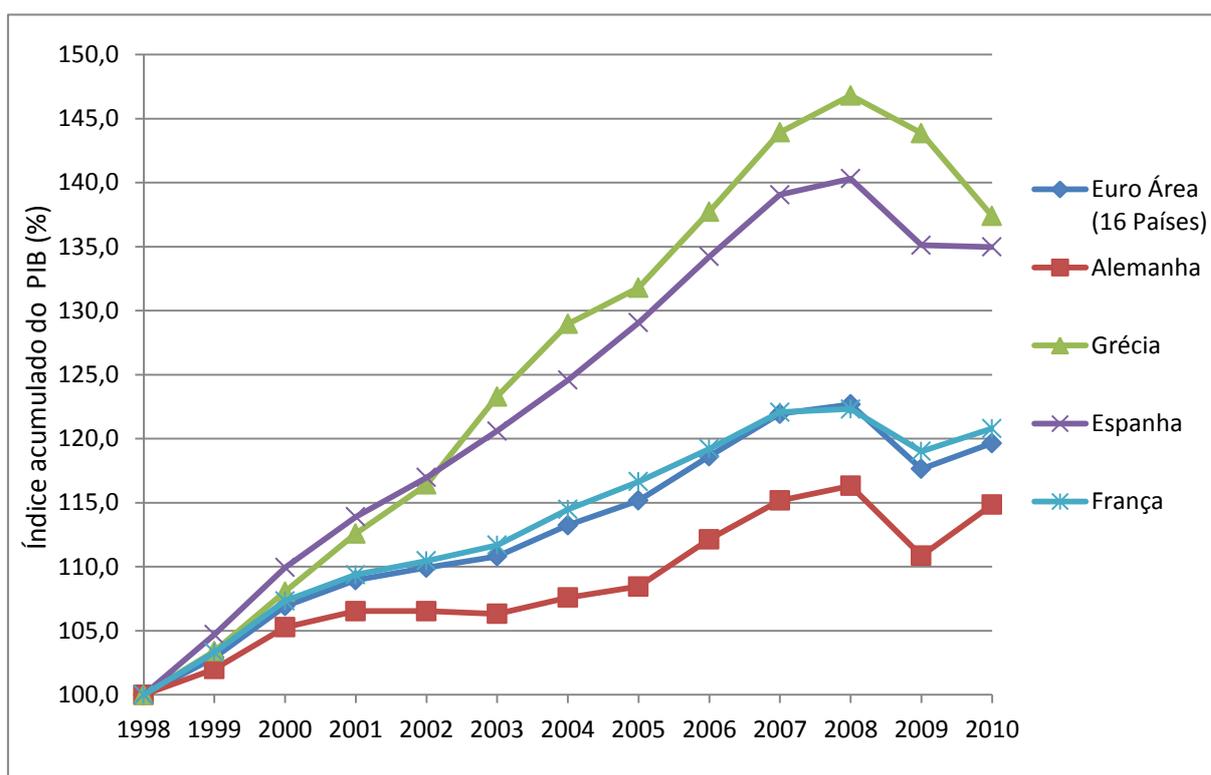
O resultado dessa integração foi o nascimento de uma economia maior e competitiva. Krugman e Obstfeld (2005, p. 455) explanam que “a chave para compreender como a Europa foi tão longe na unificação monetária e de mercado está na história permeada por guerras do continente”. A integração econômica no continente foi resultado de um efeito antibelicista. Com medo de eventuais conflitos no pós-guerra, os países renunciaram sua autonomia econômica em prol de entidades centrais e autônomas (Sistema Europeu de Bancos Centrais e Comissão Europeia de Bruxelas) capazes de assegurar o equilíbrio de forças no continente. Krugman e Obstfeld (2005) ainda observam que:

Além de suas funções puramente econômicas, a moeda única da União Europeia destinava-se a ser um símbolo forte do anseio da Europa de colocar a cooperação à frente das rivalidades entre os países que, com frequência, haviam conduzido à guerra no passado. Sob este cenário, a nova moeda alinhava os interesses econômicos de nações individuais europeias para criar uma imensa predisposição política do eleitorado a favor da paz no continente. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005. p. 455)

A integração da Zona do Euro possibilitou que uma maciça quantidade de capitais entrasse em economias periféricas da Comunidade Europeia, estimulando setores de bens e serviços. Para Krugman (2010a), em países como Espanha, Grécia e até mesmo os Estados Unidos, os preços dos imóveis sofreram forte apreciação, principalmente na primeira década

dos anos 2000, trazendo consigo o aumento de investimentos para o setor da construção civil. Como descrito no item 2.1, o incremento de investimentos favorece o aumento do produto.

No entanto, como se observa no Gráfico 1, o crescimento acima da média do produto na Espanha e na Grécia, quando comparado à média dos 16 países integrantes da Zona do Euro,<sup>5</sup> e em relação às economias desenvolvidas como França e Alemanha, pode também ter sido atribuído ao aumento de gasto público.



**Gráfico 1:** Crescimento do PIB na Europa. Base: 1998=100

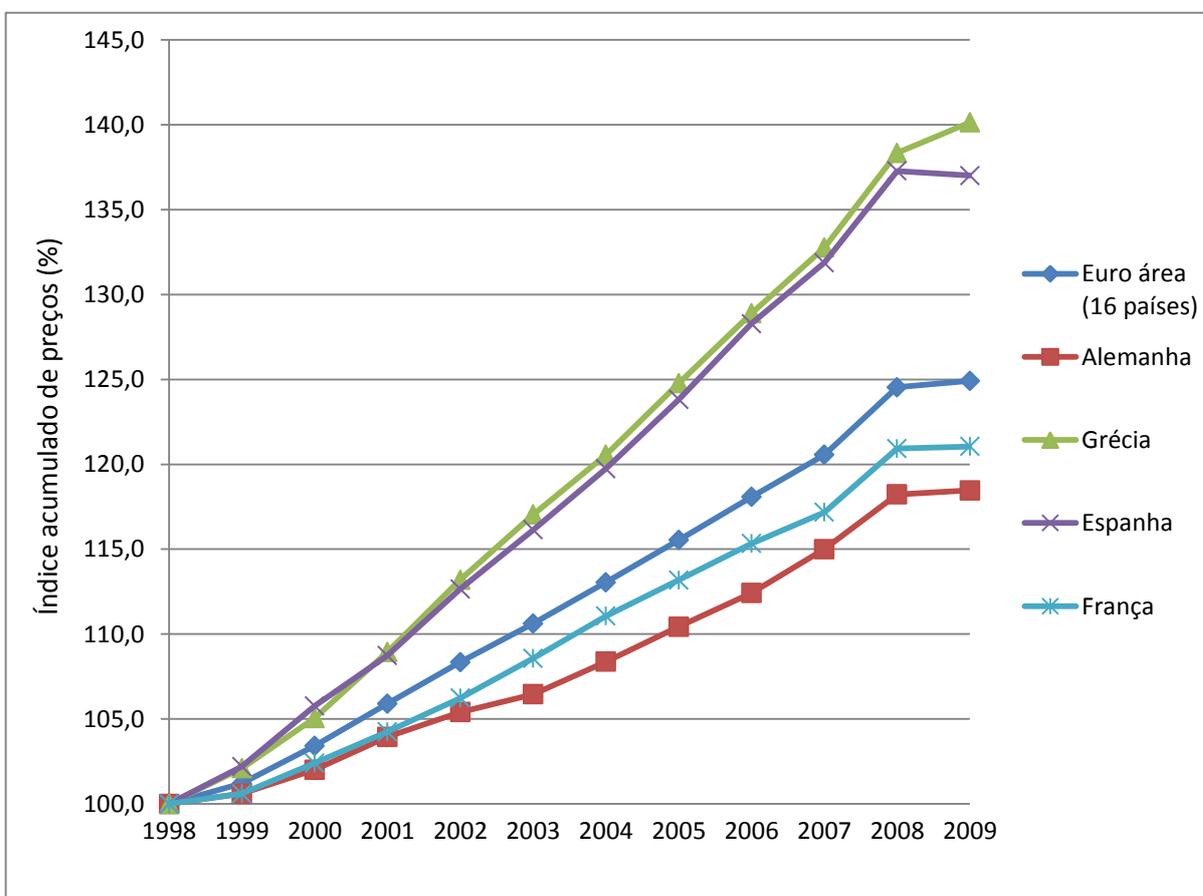
**Fonte:** Apêndice – Tabela A-1.

O crescimento do produto em economias abertas traz duas implicações básicas: o aumento da demanda por bens domésticos e o aumento da demanda doméstica de bens. Em economias periféricas da Europa, como Grécia e Espanha, a demanda por bens e serviços de outros países tem propensão a ser maior, resultando em déficits na balança de transações correntes e, conseqüentemente, deteriorando o balanço de pagamentos. Para economias desenvolvidas, como a Alemanha, isso ocorre de maneira inversa: há maior demanda externa por seus bens e serviços, proporcionando superávits na balança de transações correntes.

<sup>5</sup> Pertenciam à Zona do Euro até 31/12/2010: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

Como descrito no item 2.2, no médio prazo, o produto tende a voltar ao seu nível natural, mas como nível de preço superior. Entretanto, economias como Grécia e Espanha (Gráfico 2) desenvolveram índices relativos de preços superiores aos da média dos 16 países integrantes da União Monetária Europeia e de economias centrais, como Alemanha e França. Isso se traduziu em perda de competitividade para aquelas economias, considerando que os bens e serviços de Grécia e Espanha tornaram-se mais caros, inviabilizando a venda para os demais países. E, como o poder de compra dos agentes econômicos destas economias tornou-se maior, o aumento das importações por bens e serviços pode também ter crescido.

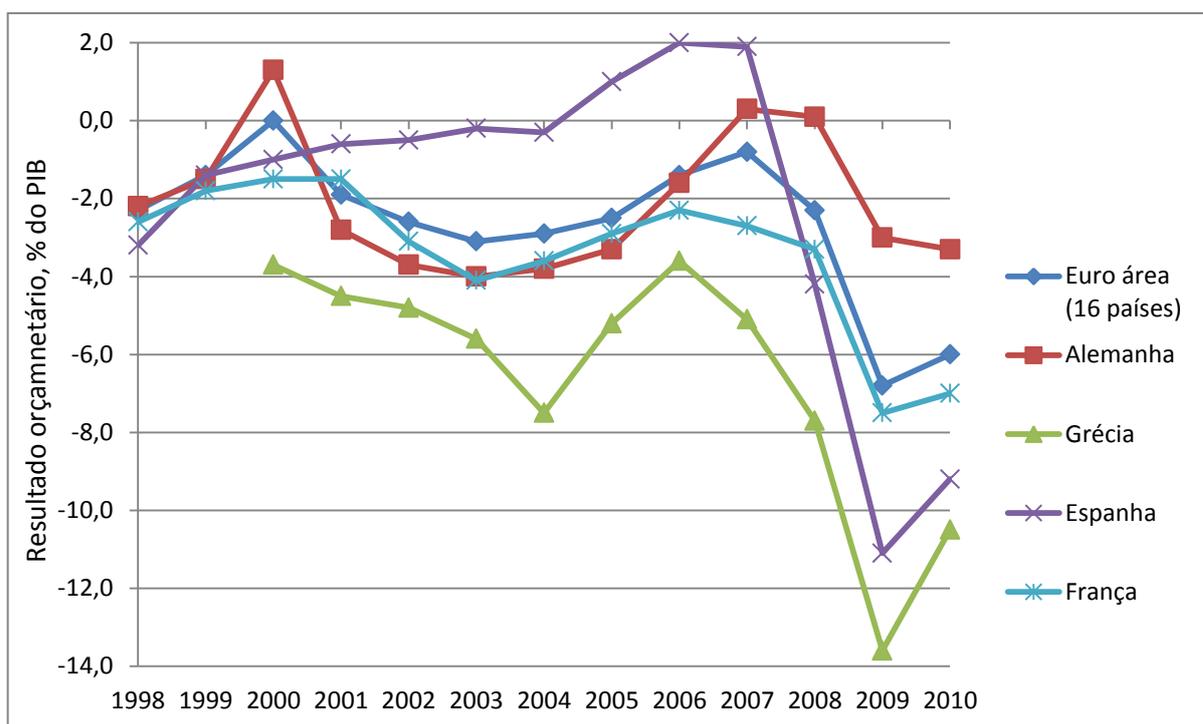
Em síntese, no médio prazo, Grécia e Espanha apresentaram índices de preços maiores que a média dos 16 países da Zona do Euro, França e Alemanha. Este aumento relativo no nível de preços representou, de maneira equivalente em economias sob taxa de câmbio fixo, a apreciação da taxa real de câmbio. O que favoreceu no médio prazo a queda das exportações líquidas e a queda do produto. Note que apesar da crise econômica mundial iniciada em 2008, a partir desse mesmo período (Gráfico 1), Espanha e Grécia apresentam crescimento do PIB menor que seus parceiros de comércio: Alemanha e França.



**Gráfico 2:** Índices de preços na Europa. Base: 1998=100

**Fonte:** Apêndice – Tabela A-2.

O Gráfico 3 apresenta dados para verificar a relação do aumento do gasto público com o aumento do produto. Para os anos de 1998 a 2010, são apresentados os resultados orçamentários em relação ao PIB. Comparando Grécia em relação à média dos 16 países da Zona do Euro, Alemanha e França, aquela apresentou superávits orçamentários menores. Até o ano de 2004, os superávits orçamentários na Alemanha, França e Grécia são negativos, demonstrando melhora de 2004 até 2007. A Espanha, junto com índices de crescimento elevados para o período, como visto no Gráfico 1, desenvolveu resultados orçamentários melhores, em parte do tempo, que Alemanha, França e a média dos 16 países integrantes da União Monetária Europeia. A partir de 2008, período de crise econômica mundial, os resultados orçamentários para a Espanha foram piores. O governo espanhol, para compensar eventual queda da demanda ou maiores gastos com seguridade social, pode ter sido obrigado a aumentar seus gastos, o que pode ter proporcionado queda no superávit.



**Gráfico 3:** Resultado orçamentário de governos europeus em percentual do PIB

**Fonte:** Apêndice – Tabela A-3.

**Nota:** Para os anos de 1998 e 1999 não há dados disponíveis para a Grécia.

Caso não ocorresse a última crise econômica em 2008, a tendência da atividade econômica mundial, no médio prazo, seria o retorno ao nível natural de produto e a níveis de

preços maiores. Mas, diante de tal adversidade, o produto de muitos países foi levado a níveis de crescimento inferiores.

Contudo, com a moeda única atingindo tal grau de integração econômica, os países da Zona do Euro abrem mão das ferramentas de política econômica: a política cambial e monetária. A taxa básica de juros é única para os países da União Monetária Europeia e a emissão de moeda é definida pelo Banco Central Europeu.

A ideia que se tem sobre a Grécia e a Espanha são de economias presas à regime equivalente à taxa de câmbio fixo, visto a impossibilidade do governo grego e espanhol em alterar a taxa nominal de câmbio. Isso significa que, em relação aos demais países, o único modo de alterar a taxa real de câmbio é diminuindo o nível de preços internos ou então esperar que se aumente o nível de preços dos parceiros de comércio.

Como ilustrado no Gráfico 1, as economias de Grécia e Espanha estão em um período de queda do PIB, porém com níveis de preços relativamente maiores que seus vizinhos de comércio (Gráfico 2). Isso favorece déficits em transações em conta corrente e a deterioração da balança comercial.

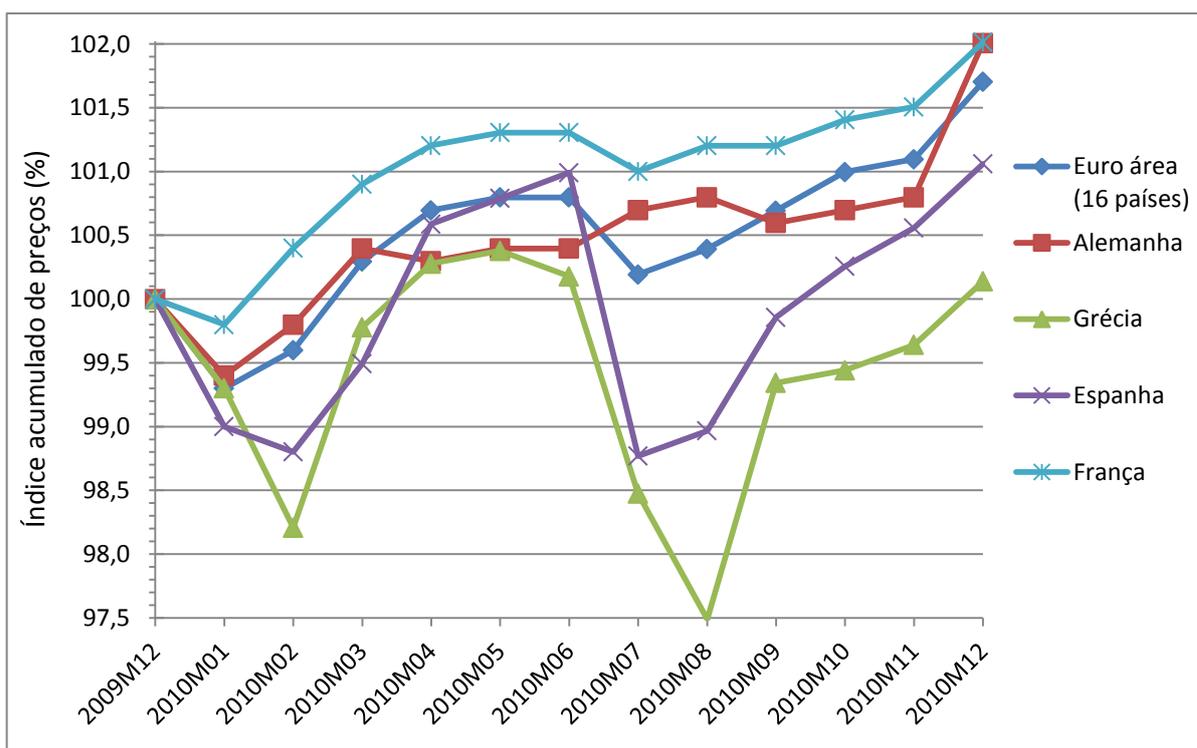
Uma solução possível, de acordo com Krugman (2010a), seria que esses países abandonassem a União Monetária Europeia e voltassem a ter a sua própria moeda, permitindo a desvalorização nominal do câmbio. No entanto, os custos em sair da União Monetária Europeia, conforme Krugman (2010a), seriam muito altos, pois a dívida desses e de todos os países envolvidos, tem seu lastro em euro. Numa eventual volta à moeda nacional, a inexorável desvalorização da moeda faz com que se obtenham maiores índices de endividamento.

Outra solução apontada por Krugman (2010b), e que parece estar ocorrendo no momento, é a diminuição dos preços domésticos (Gráfico 4). Isso somente é possível à medida que os salários nominais são levados a patamares inferiores:

Os trabalhadores gregos poderiam se redimir através do sofrimento, aceitando grandes reduções salariais que tornariam a Grécia suficientemente competitiva para criar empregos novamente. (KRUGMAN, 2010b, p. 1)

Como em situação equivalente a uma economia sob taxas de câmbio fixo, os níveis relativos de preços menores permitem que a taxa de câmbio real deprecie ao longo do tempo, permitindo que Grécia e Espanha tornem-se mais competitivas, aumentando a demanda por bens e serviços domésticos e o aumento do produto.

O objetivo do Gráfico 4 é tentar evidenciar ajustes, na curva de demanda agregada, que podem ocorrer pela mudança de níveis de preços. Nota-se, neste Gráfico, que para os meses de 2010, em relação a dezembro de 2009, tanto Grécia quanto Espanha apresentaram queda nos índices de preços entre dezembro e fevereiro e julho a agosto. Descrevem ainda índices de preços relativamente menores que Alemanha, França e a média dos países que adotaram o euro.



**Gráfico 4:** Índices de preços mensais na Zona do Euro. Base: Dezembro de 2009=100  
**Fonte:** Apêndice – Tabela A-4.

Deve-se observar que a série apresentada é curta, por conta dos fatos ainda estarem ocorrendo. Apenas visa ilustrar os mecanismos de ajuste sob câmbio fixo. O ideal seria acompanhar os acontecimentos para que, no futuro, com a série de dados maior, seja possível aferir melhor esse mecanismo de ajuste.

### 3.2 ANÁLISE DA CRISE NOS ESTADOS BRASILEIROS

A crise fiscal dos estados brasileiros, deflagrada nos anos de 1990, enseja um complexo arranjo político e institucional, sendo permeada pelas disputas intergovernamentais

e com o governo central. Como os países participantes da União Monetária Europeia, os estados da federação brasileira convivem em situação equivalente a um regime de taxa de câmbio fixo, onde a taxa básica de juros é iguais para todas as unidades da federação e definida pelo Banco Central do Brasil.

As origens da crise remetem-se ao início do período republicano, em 1891, quando os estados membros da Federação foram elevados a um novo patamar, garantindo maior autonomia política e orçamentária. Contudo, o governo central manteve forte capacidade de controlar a federação:

O caráter federalista do governo garantiu liberdade às frações dominantes locais e poder de gerir os próprios interesses. Porém, simultaneamente, engendrou um governo central instrumentalizado, capaz de atender aos requerimentos necessários à acumulação dos complexos regionais e manter a reprodução global do sistema. (LOPREATO, 2002, p. 10)

Com a instituição do regime militar, na década de 1960, foi possível a mudança do arranjo institucional do Estado brasileiro no sentido de maior centralização orçamentária e política:

As mudanças no formato tributário e nas relações intergovernamentais só ocorreram, efetivamente, a partir da implantação do regime militar e da edição do AI-5. O novo regime político permitiu a centralização tributária e financeira na esfera federal, bem como ampla reformulação das condições de financiamento público. As reformas implantadas no bojo do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) criaram um novo padrão de financiamento público, que foi responsável por redefinir as articulações mantidas no interior dos próprios Estados e as relações entre as esferas de governo. Os Estados perderam autonomia no manejo dos instrumentos tributários e fiscais e tornaram-se mais dependentes de decisões da órbita federal para definir o valor e o ritmo dos investimentos. (LOPREATO, 2002, p. 11)

A compensação de perda orçamentária dos Estados deu-se por políticas fiscais expansionistas, baseadas em um intrincado processo que envolvia, basicamente, o endividamento de bancos e empresas estaduais e a facilidade de acesso a capitais externos e de articulação com o governo central. Conforme Lopreato (2002, p. 11), “o período de crescimento acelerado da economia favoreceu a expansão dos gastos sem comprometer a situação financeira dos Estados”. Além disso,

A crescente procura de outras fontes de financiamento foi a saída dos Estados para multiplicar os gastos. A perspectiva de alavancagem dos gastos estaduais, acima do que seria possível prever com base na estrutura tributária em vigor, passou a depender de fontes de financiamento apoiadas na

contratação de recursos externos e no acesso a recursos internos controlados, majoritariamente, pela esfera federal. (LOPREATO, 2002, p. 56)

Entretanto, nos anos de 1970 a principal economia do mundo, os EUA, apresentava sinais de crise: reflexo da recuperação de economias centrais afetadas pela II Guerra e de duas fortes elevações no preço do petróleo. Na década seguinte, a política monetária americana privilegiou a elevação das taxas de juros, atraindo o capital de investidores, permitindo a reestruturação de sua indústria. Mas economias periféricas, como a do Brasil, passaram a enfrentar dificuldades de financiamento:

A política de crescimento com endividamento revelou todo o seu potencial desestabilizador, e a crise cambial transformou-se na restrição fundamental à continuidade do desenvolvimento do país, levando à deterioração financeira do setor público e à aceleração inflacionária. (CARNEIRO, 1991; BATISTA JUNIOR, 1987 apud LOPREATO, 1997, p. 77, grifos meus)

Vitimados por essa conjuntura econômica adversa e por reformas políticas no âmago de um governo militar centralizador, que impossibilitava ampliar a margem de financiamento via arrecadação tributária, os governos estaduais passaram a aprofundar os artifícios para o financiamento dos gastos públicos.

O que se observou, posteriormente, foi um maior envolvimento por parte de bancos e empresas estaduais que, de algum modo, garantiu a operacionalização do sistema ou ainda o padrão de gastos do período anterior.

Esse modelo de financiamento dos governos estaduais não se apresentava de forma homogênea em todas as unidades da federação, em virtude das especificidades econômicas, políticas e geográficas. Além disso, muito pouco se sabia da real situação do endividamento de cada unidade da federação:

Os dados disponíveis, oriundos de diferentes fontes e não compatíveis entre si, não permitiam conhecer o valor dos encargos sobre as receitas e despesas estaduais e dificultavam o diagnóstico das restrições impostas pelo endividamento [...] O Banco Central registrava também o endividamento com informações dos próprios governos estaduais e dos agentes financeiros, sobre o valor e o saldo das operações contratadas. Os valores não coincidiam com os dos balanços e não revelavam a efetiva situação de endividamento estadual, porque só continham as dívidas de empresas contratadas com o aval dos tesouros. Além disso, várias práticas corriqueiras no manuseio da dívida pública, como o adiantamento na inscrição da dívida e o recurso a operações triangulares envolvendo bancos e empreiteiras, ficavam à margem dos registros oficiais. Adicione-se ainda o fato de que nem todos os Estados conheciam a situação real de suas dívidas com o FGTS e a Previdência Social. (LOPREATO, 2002, p. 146)

A verdade é que o tamanho real da dívida de cada unidade da federação somente pôde ser conhecido quando os Estados entraram em colapso, na década de 1990; quando a necessidade de renegociar a dívida com a União os obrigou a reconhecer o montante, o que impossibilitou que os mecanismos de alavancagem continuassem ocorrendo, forçando a venda de bancos e empresas públicas.

A Tabela 1 mostra a dimensão da dívida de alguns estados da federação, que fora negociada no biênio 1997/98 com a União. Nota-se que o maior Estado da federação obteve o maior percentual de endividamento, com 16,31% do PIB; seguido por Santa Catarina, com 4,87%; Bahia, 2,59%; e Pernambuco, 0,70% do PIB.

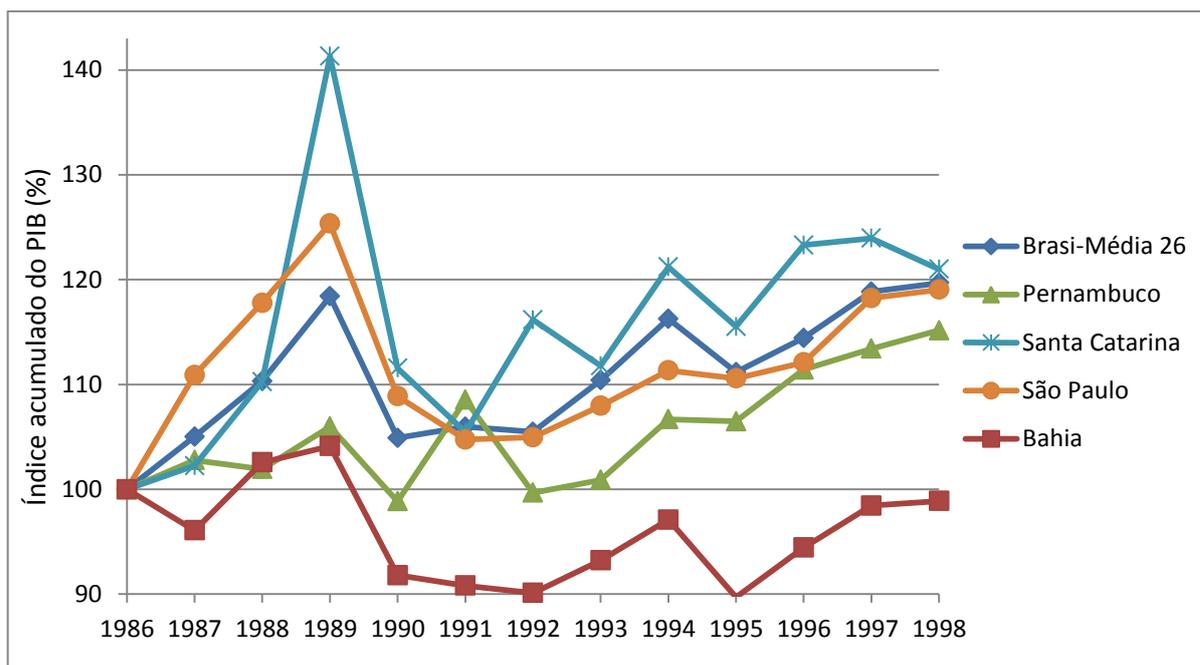
**Tabela 1:** Programa de apoio à reestruturação e ao ajuste de Estados – contratos firmados entre a União e os Estados

	Dívida assumida	Dívida refinanciada	Diferença	Refinanciado (%)	PIB 1997 (Preços correntes)	Dívida/PIB (%)
BA	959.662.000	883.010.000	76.652.000	92,01	37.020.911.124,63	<b>2,59</b>
PE	163.641.000	157.571.000	6.070.000	96,29	23.439.348.891,09	<b>0,70</b>
SC	1.552.400.000	1.390.768.000	161.632.000	89,59	31.874.671.880,63	<b>4,87</b>
SP	50.388.778.000	46.585.141.000	3.803.637.000	92,45	308.892.569.846,82	<b>16,31</b>

**Fonte:** LOPREATO, 1997, p. 221-222; BRASIL. Presidência da República. Núcleo de Assuntos Estratégicos-NAE. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. **Contas Regionais.**

Dos Estados analisados, observa-se que São Paulo e Santa Catarina, assim como a média de 26 estados brasileiros,<sup>6</sup> obtiveram tendência de crescimento do produto acima dos outros dois, Pernambuco e Bahia (Gráfico 5). Isso pode ter levado aqueles dois governos estaduais a aumentarem a demanda por bens de serviços e o produto, com o auxílio do tesouro estadual, ocasionado maior endividamento desses governos, como visto na Tabela 1.

<sup>6</sup> A média do PIB não utiliza dados do Estado do Tocantins, pois este foi criado em 1988.



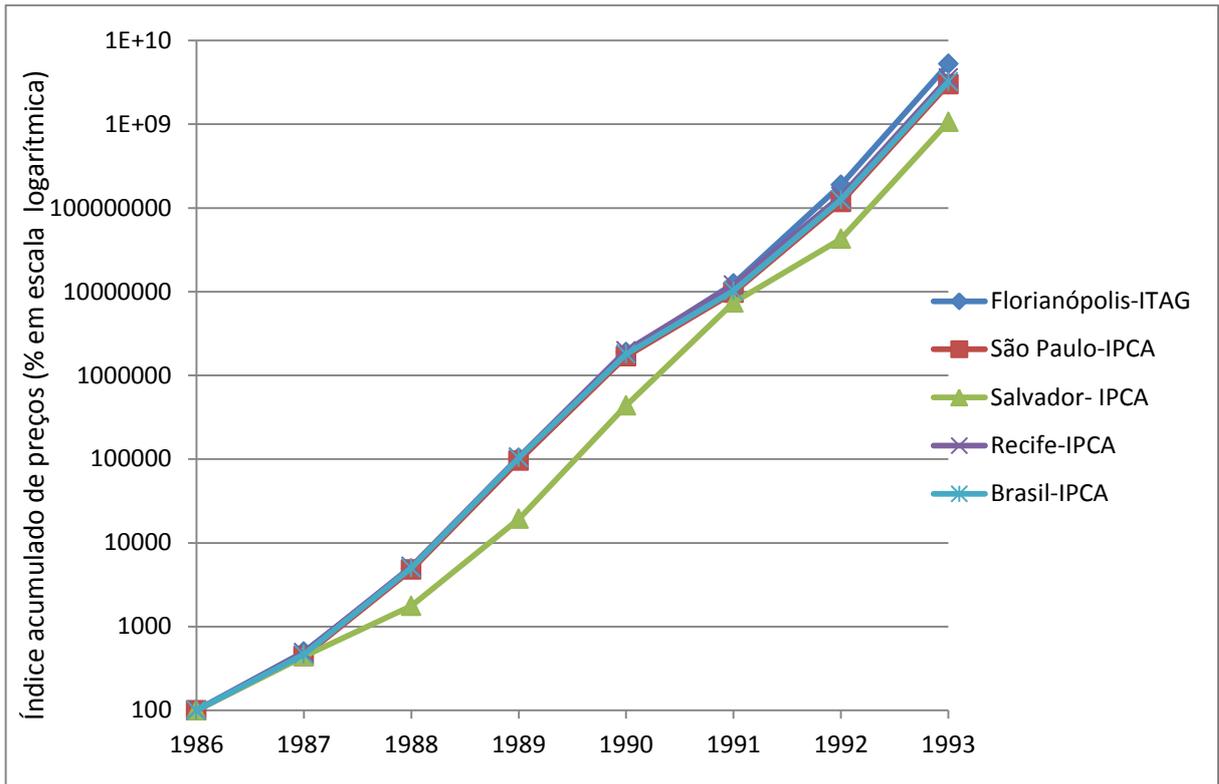
**Gráfico 5:** PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2000 (mil) - Deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional. Base: 1986=100

**Fonte:** Apêndice – Tabela A-5.

Como pôde ser visto na seção 3.1, os países da União Monetária Europeia que apresentaram maiores índices de crescimento, no caso a Grécia e a Espanha, ficaram propensos a apresentarem maiores índices de preços.

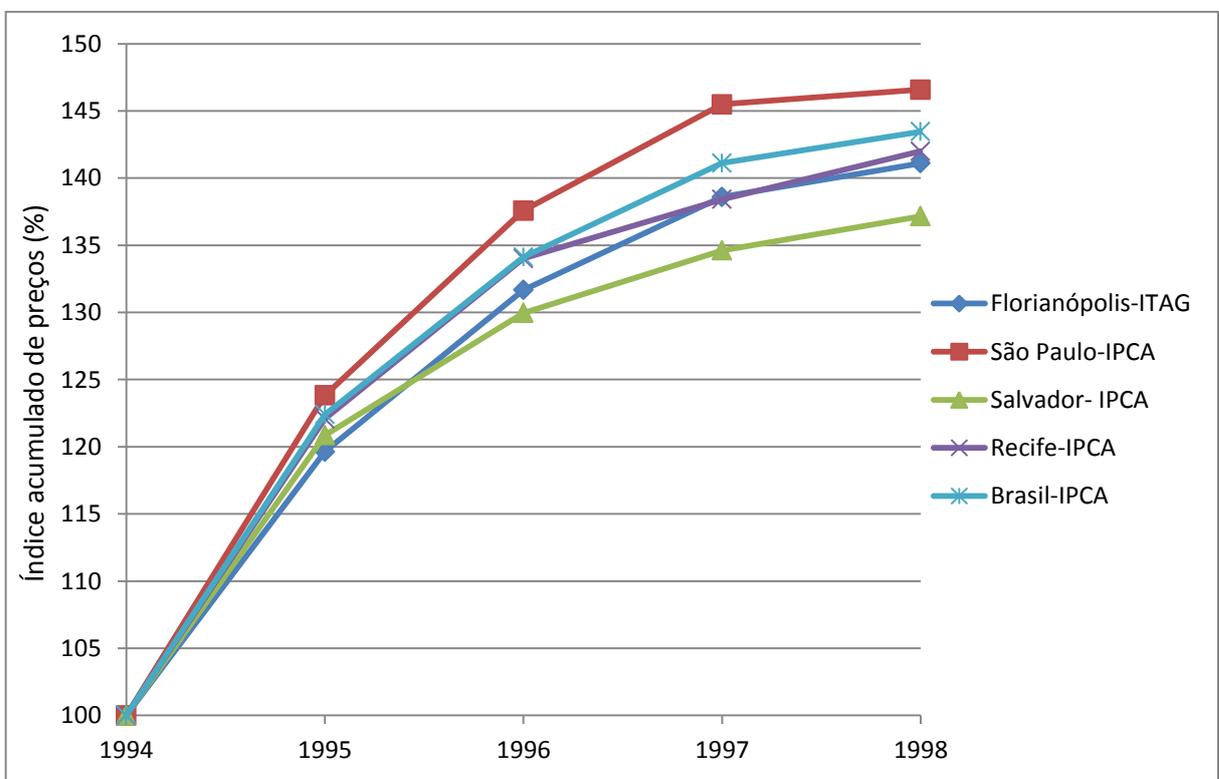
No entanto, os estados brasileiros que apresentaram maiores índices de crescimento, deveriam fornecer maiores índices de preços que os demais e, talvez, de forma proporcional. O que se observa nos Gráficos 6 e 7 são os estados de Santa Catarina, Pernambuco e São Paulo, e a média brasileira com índices de preços acima do índice apresentado no Estado da Bahia.

Analisando Santa Catarina ou mesmo São Paulo com o Estado da Bahia, observa-se crescimento relativo do produto maior (Gráfico 5) e maiores índices de preços ao longo do período (Gráficos 6 e 7), indo ao encontro com a análise da seção 3.1, sobre os países integrantes da União Monetária Europeia. O que não se observa de igual modo no Estado de Pernambuco que, apesar de menores índices de crescimento do PIB, obteve índices de preços proporcionalmente maiores.



**Gráfico 6:** Índices de preços em regiões brasileiras. Base: 1986 = 100

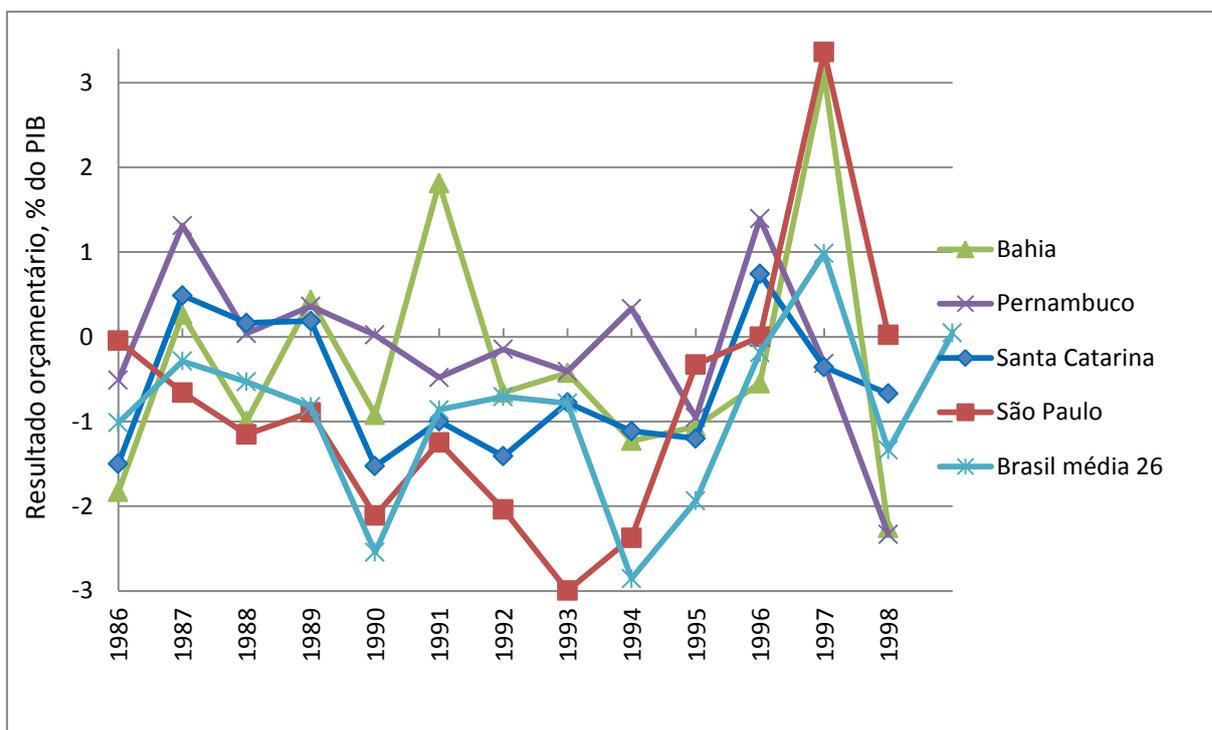
**Fonte:** Apêndice – Tabela A-11.



**Gráfico 7:** Índices de preços em regiões brasileiras. Base: 1994 = 100

**Fonte:** Apêndice – Tabela A-13.

No mesmo período analisado, 1986 a 1998, os estados de São Paulo e Santa Catarina, bem como a média dos 26 estados brasileiros, tenderam a apresentar superávits orçamentários menores que Bahia e Pernambuco (Gráfico 8). Mas Pernambuco, apesar do crescimento do PIB junto com índices de preços maiores que o Estado da Bahia, obteve superávits maiores.



**Gráfico 8:** Resultado orçamentário de governos estaduais brasileiros em percentual do PIB  
**Fonte:** Apêndice – Tabela A-12.

No entanto, como a presença da União é mais forte nos Estados brasileiros do que nos países da União Monetária Europeia, onde praticamente inexistente, posteriormente pode-se fazer estudos para compreender a trajetória do Superávit do Estado de Pernambuco. O objetivo seria aferir, por exemplo, uma possível maior importância relativa dos repasses do governo central nessa unidade federativa. Supondo haver maior participação de gasto público do governo central no de Pernambuco, em relação ao Estado da Bahia, poder-se-á em parte explicar o que ocorreu com esse Estado: o crescimento do produto pode ter sido sustentado em parte pelo governo central, o que refletiu nos níveis de preços; e, com a participação relativa maior do governo central a propensão a gastar do governo de Pernambuco pôde ter sido menor que o Estado da Bahia, refletindo em maior superávit.

## 4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 4.1 CONCLUSÕES

Analisando os dados dos países europeus no período de 1998 a 2010, Espanha e Grécia obtiveram crescimento real do produto superior à média dos 16 países da Zona do Euro e em relação a economias mais fortes, como Alemanha e França.

Além disso, Espanha e Grécia desenvolveram índices de preços no período maiores que a média dos 16 países europeus e em relação à Alemanha e a França, corroborando com a expectativa de que as economias que mais cresceram, resultaram em índices de preços relativamente maiores.

Esse aumento relativo de preços da Grécia em relação a Alemanha e a França, como em uma economia com taxa de câmbio fixo, aprecia a taxa real câmbio favorecendo a queda das exportações líquidas e a superávits orçamentários menores para a Grécia.

Entretanto, para o mesmo período analisado, a economia espanhola apresentou superávits orçamentários maiores que os demais países. Com o crescimento elevado, visto no Gráfico 1, a Espanha desenvolveu resultados orçamentários melhores, em boa parte do tempo. A partir de 2008, período de crise econômica mundial, os resultados orçamentários para a Espanha foram piores.

Em futuros estudos, pode-se investigar o comportamento das contas do governo da Espanha. Com isso, o objetivo seria observar o grau de endividamento antes do período analisado (1998). Supondo alto grau de endividamento, o governo espanhol poderia estar realizando superávit primário na tentativa de melhorar o serviço da dívida pública.

No período do pós-crise, Espanha e Grécia apresentaram índices de preços menores que seus parceiros econômicos, a Alemanha e a França. O que pode vir a representar os ajustes de médio prazo que ocorrem em economias abertas sob taxa de câmbio fixo. Como descrito na seção 3.1, deve-se acompanhar os acontecimentos para que, no futuro, com a série de dados maior, seja possível aferir melhor esse mecanismo de ajuste.

De maneira análoga ao caso dos países Europeus, alguns estados da federação brasileira desenvolveram crescimento relativo maior do PIB, em boa parte do período analisado (1986-1998). Em observância com a Tabela 1 e com o Gráfico 5, aferiu-se que

aqueles Estados que obtiveram taxas de crescimento maiores resultaram em maiores índices de preços (Gráfico 6).

Desse modo, os estados de São Paulo e Santa Catarina, assim como Grécia e Espanha na Europa, desenvolveram índices de preços maiores que o Estado da Bahia e da média dos 26 estados brasileiros. Não ocorrendo o mesmo com o de Pernambuco que, embora com menor crescimento do produto, obteve índices de preços maiores. Em futuros estudos, pode-se investigar a economia deste Estado a fim de compreender os resultados desta pesquisa.

Contudo, ao analisar isoladamente o Estado da Bahia, é possível fazer uma correlação com dois países na União Monetária Europeia: a Alemanha e a França. Em ambos os casos houve menor gasto público com baixos índices de crescimento, resultando em baixos índices de preços.

#### 4.2 RECOMENDAÇÕES

Como os estados da federação brasileira, os países integrantes da Zona do Euro estão presos a uma situação equivalente de câmbio fixo. Para os integrantes da União Monetária Europeia há ainda a possibilidade de abandonar a união monetária, apesar do custo elevado. Porém, diferente dos estados da federação brasileira – onde há a existência de governo central e instrumentalizado, capaz de atender as especificidades comuns de demandas de todas as regiões – os países participantes da União Monetária Europeia carecem de uniformidade política e econômica.

Por exemplo, os gastos com seguridade social e investimentos de grande vulto são, em parte, orçados no âmbito do governo central (federal). Quando alguma unidade da federação possui dificuldade financeira, ainda assim, partes da renda das pessoas e dos investimentos estarão assegurados; o que favorece a recuperação econômica. Quando outro Estado da federação cresce, todos se beneficiam. No caso de Grécia e Espanha, pacotes de austeridade fiscal contribuem para afundar ainda mais as economias em recessão.

No curto prazo, a saída para economias periféricas, como Grécia e Espanha, atravessarem o período de recessão econômica é contar com ajuda financeira para compensar déficits no balanço de pagamento. Talvez não seja a solução mais eficaz, mas emergencial, que possibilitará que governos e bancos nacionais continuem funcionando. Conforme

Lopreato (2002), o processo de renegociação da dívida dos estados brasileiros com a União permitiu a operacionalização dos mesmos, apesar das limitações impostas.

No médio prazo, economias periféricas da Zona do Euro se defrontarão com algumas perspectivas. A primeira, e que ocorre no momento, deve-se ao fato dessas economias sofrerem com a queda da demanda interna e do produto, favorecendo a queda do nível de preços relativos e do nível de emprego.

Contudo, isso é um tanto quanto difícil para milhares de trabalhadores dessas economias, pois eles se depararão com perda momentânea do poder de compra e passarão um bom tempo com a ameaça do desemprego.

Para atenuar esse quadro, economias centrais, como Alemanha, podem também adotar, no médio prazo, política fiscal expansionista, favorecendo a demanda de seus vizinhos de comércio. Como visto na seção 2.1, o aumento relativo de preços externos, em economias em situação equivalente à taxa de câmbio fixo, beneficia a demanda interna. No Gráfico 2, observou-se exatamente o contrário: economias periféricas com crescimento relativo maior de preços que em economias centrais.

Em última instância, caso Grécia, Espanha e demais países em situação similar continuarem a apresentar saldos negativos no balanço de pagamentos, restará a todos estes apenas abandonar o euro.

## REFERÊNCIAS

BATISTA JÚNIOR, P N. Formação de capital e transferência de recursos ao exterior. **Revista de Economia Política**. São Paulo. v.7. n.1, jan./mar. 1987.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR**: Precos\_Indices\_de\_Precos\_ao\_Consumidor/IPCA/Resultados\_IPCA\_e\_INPC\_1979\_a\_1999 Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/)> Acesso em: Dez. 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC): **ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em set. 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. **Estados e municípios**. Disponível em:< [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios) > Acesso em 2010.

CARNEIRO, R. M. **Crise, estagnação e hiperinflação**. Campinas. 1991. Tese Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

KRUGMAN, P. R. Greek Anatomy of a Euromess. **The New York Times**, Nova York, 11 feb. 2010a. Disponível em: <<http://krugman.blogs.nytimes.com/2010/02/09/anatomy-of-a-euromess>>. Acesso em: mar. 2010.

KRUGMAN, P. R. Um dinheiro longe demais. **The New York Times**, Nova York, 7 may 2010b. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4419127-EI12928,00.html>>. Acesso em: 2010.

KRUGMAN, P. R; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e política. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2005.

LOPREATO, F. L. C. **O colapso das finanças estaduais e a crise da federação**. São Paulo: UNESP, 2002.

SANTA CATARINA. Universidade Estadual de Santa Catarina. Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas – ESAG. Instituto Técnico de Administração e Gerência. **ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR**. Custo de Vida Florianópolis. Relatórios de Dezembro 88 a Dezembro de 2005.

## APÊNDICE

**Tabela A-1: Crescimento do PIB na Zona do Euro: Base 1998=100**

PAÍS\TEMPO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
euro Área (16 Países)	100,0	102,9	106,9	108,9	109,9	110,8	113,2	115,2	118,6	121,9	122,7	117,6	119,6
Alemanha	100,0	102,0	105,3	106,5	106,5	106,3	107,6	108,5	112,1	115,2	116,3	110,9	114,8
Grécia	100,0	103,4	108,1	112,6	116,4	123,3	129,0	131,8	137,7	143,9	146,8	143,9	137,4
Espanha	100,0	104,7	109,9	113,9	117,0	120,6	124,6	129,1	134,2	139,1	140,3	135,1	135,0
França	100,0	103,3	107,3	109,4	110,5	111,7	114,5	116,6	119,2	122,1	122,3	119,0	120,8

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota:** Elaboração própria com base nos dados retirados do **Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat)**. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsieb020>>. Acesso em: 2010/2011.

**Tabela A-2: Resultado orçamentário de Governos na Zona do Euro: Percentual do PIB**

PAÍS/TEMPO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
euro área (16 países)	-2,3	-1,4	0,0	-1,9	-2,6	-3,1	-2,9	-2,5	-1,4	-0,8	-2,3	-6,8	-6,0
Alemanha	-2,2	-1,5	1,3	-2,8	-3,7	-4,0	-3,8	-3,3	-1,6	0,3	0,1	-3,0	-3,3
Grécia			-3,7	-4,5	-4,8	-5,6	-7,5	-5,2	-3,6	-5,1	-7,7	-13,6	-10,5
Espanha	-3,2	-1,4	-1,0	-0,6	-0,5	-0,2	-0,3	1,0	2,0	1,9	-4,2	-11,1	-9,2
França	-2,6	-1,8	-1,5	-1,5	-3,1	-4,1	-3,6	-2,9	-2,3	-2,7	-3,3	-7,5	-7,0

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota 1:** Elaboração própria com base nos dados retirados do **Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat)**. Disponível em: <[http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov\\_dd\\_edpt1&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov_dd_edpt1&lang=en)>. Acesso em: 2010/2011

**Nota 2:** Para os anos de 1998 e 1999 não há dados disponíveis para a Grécia, impossibilitando a análise para esses anos.

**Tabela A-3: Índices de preços nos países da Zona do Euro: Base 1998=100**

PAÍS/TEMPO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
euro área (16 países)	100,0	101,2	103,4	105,9	108,3	110,6	113,1	115,5	118,1	120,6	124,5	124,9
Alemanha	100,0	100,6	102,0	103,9	105,4	106,5	108,4	110,4	112,4	115,0	118,2	118,5
Grécia	100,0	102,1	105,1	108,9	113,2	117,0	120,6	124,8	128,9	132,8	138,3	140,1
Espanha	100,0	102,2	105,8	108,7	112,7	116,1	119,7	123,8	128,3	131,9	137,3	137,0
França	100,0	100,6	102,4	104,3	106,2	108,6	111,1	113,2	115,3	117,2	120,9	121,0

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota:** Elaboração própria com base nos dados retirados do **Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat)**. Disponível em: <[http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov\\_dd\\_edpt1&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov_dd_edpt1&lang=en)>. Acesso em: 25 outubro2010.

**Tabela A-4: Índices de preços mensais nos países na Zona do Euro: Base Dezembro 2009=100**

PAÍS/TEMPO	2009M12	2010M01	2010M02	2010M03	2010M04	2010M05	2010M06	2010M07	2010M08	2010M09	2010M10	2010M11	2010M12
euro área (16 países)	100	99,30	99,60	100,30	100,70	100,80	100,80	100,19	100,39	100,69	101,00	101,10	101,70
Alemanha	100	99,40	99,80	100,40	100,30	100,40	100,40	100,70	100,80	100,60	100,70	100,80	102,01
Grécia	100	99,30	98,21	99,78	100,28	100,38	100,18	98,47	97,49	99,34	99,44	99,64	100,14
Espanha	100	99,00	98,80	99,49	100,59	100,79	100,99	98,77	98,97	99,86	100,26	100,56	101,06
França	100	99,80	100,40	100,90	101,20	101,30	101,30	101,00	101,20	101,20	101,41	101,51	102,01

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota:** Elaboração própria com base nos dados retirados do **Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat)**. Disponível em: <[http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=prc\\_hicp\\_cmon&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=prc_hicp_cmon&lang=en)>. Acesso em: 2010/2011

**Tabela A-5: Crescimento do PIB nos estados brasileiros: Base 1986=100**

UF/TEMPO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil-Média 26	100	105,03	110,33	118,41	104,90	105,96	105,48	110,39	116,26	111,17	114,44	118,85	119,69
PE	100	102,78	101,92	105,98	98,85	108,53	99,67	100,90	106,67	106,48	111,42	113,41	115,17
SC	100	102,24	110,25	141,31	111,55	105,44	116,17	111,79	121,22	115,53	123,29	123,95	121,00
SP	100	110,90	117,78	125,36	108,87	104,74	104,95	107,96	111,35	110,58	112,10	118,25	119,05
BA	100	96,08	102,57	104,13	91,80	90,81	90,11	93,21	97,11	89,71	94,43	98,44	98,88

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota 1:** Elaboração própria com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, retirados de <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: outubro 2010.

**Nota 2:** A partir de 1985, o conceito do PIB utilizado é o de preços de mercado. Neste período deve ser acrescentado a dummy financeira e os impostos sobre produtos.

**Nota 3:** O Estado do Tocantins foi criado somente em 1988. Optou-se por elaborar a média dos demais Estados, excluindo este.

**Tabela A-6: Receita orçamentária - estadual - R\$ mil (valores correntes)**

UF/ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil-Média 26	0,005	0,016	0,112	1,856	54,63	255,48	2.858,17	63.816,48	1.593.222,58	2.991.215,19	3.817.047,54	6.646.175,90	5.182.951,11
PE	0,004	0,013	0,086	1,304	40,09	180,26	1.966,36	43.216,18	1.126.445,00	1.996.442,00	3.045.610,22	2.756.127,12	4.496.548,22
SC	0,004	0,014	0,098	1,854	44,37	177,39	2.052,54	42.945,27	1.475.658,00	2.335.079,00	4.213.509,53	4.038.380,04	3.318.081,22
SP	0,043	0,127	0,930	16,691	478,19	2.193,87	23.615,37	575.297,70	13.020.391,00	26.238.316,00	30.565.054,12	87.307.754,27	38.901.904,35
BA	0,007	0,021	0,160	2,364	65,05	341,12	4.164,18	84.095,82	1.867.756,00	3.710.214,00	4.466.917,68	7.472.594,33	8.159.860,19

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota 1:** Elaboração própria com base nos dados retirados de <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2010.

**Nota 2:** Como o Estado do Tocantins foi criado somente em 1988, optou-se por elaborar a média dos demais Estados, excluindo este.

**Tabela A-7: Despesa orçamentária - estadual - R\$ mil (valores correntes)**

UF/ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil-Média 26	0,005	0,017	0,12	1,97	61,77	267,88	3.076,79	71.517,24	1.821.569,04	3.238.352,62	3.898.888,18	6.092.815,77	5.455.501,94
PE	0,004	0,012	0,09	1,26	40,02	188,63	1.991,41	44.705,08	1.096.258,00	2.163.171,00	2.747.245,75	2.829.890,05	5.075.056,90
SC	0,005	0,014	0,10	1,82	50,95	198,38	2.401,85	46.839,34	1.617.999,00	2.618.310,00	3.994.401,20	4.152.006,66	3.536.119,49
SP	0,043	0,137	1,06	18,24	568,45	2.458,76	28.254,83	722.621,38	15.851.235,00	26.992.477,00	30.567.334,22	76.920.888,96	38.822.003,42
BA	0,008	0,020	0,17	2,27	69,83	293,05	4.349,30	86.705,02	2.051.807,00	3.994.264,00	4.647.909,28	6.327.919,93	9.034.553,01

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota 1:** Elaboração própria com base nos dados retirados de <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2010.

**Nota 2:** Como o Estado do Tocantins foi criado somente em 1988, optou-se por elaborar a média dos demais Estados, excluindo este.

**Tabela A-8: Resultado orçamentário estadual - R\$ mil (valores correntes)**

UF/ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil-Média 26	(0,0004)	(0,0005)	(0,0118)	(0,113)	(7,14)	(12,39)	(218,62)	(7.700,76)	(228.346,46)	(247.137,42)	(81.840,63)	553.360,13	(272.550,83)
PE	(0,0002)	0,0014	0,0003	0,042	0,07	(8,37)	(25,05)	(1.488,90)	30.187,00	(166.729,00)	298.364,47	(73.762,94)	(578.508,67)
SC	(0,0007)	0,0007	0,0018	0,036	(6,58)	(20,99)	(349,31)	(3.894,08)	(142.341,00)	(283.231,00)	219.108,33	(113.626,62)	(218.038,27)
SP	(0,0002)	(0,0099)	(0,1337)	(1,546)	(90,26)	(264,90)	(4.639,46)	(147.323,68)	(2.830.844,00)	(754.161,00)	(2.280,10)	10.386.865,31	79.900,93
BA	(0,0012)	0,0005	(0,0145)	0,090	(4,79)	48,08	(185,11)	(2.609,20)	(184.051,00)	(284.050,00)	(180.991,60)	1.144.674,40	(874.692,82)

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota:** Elaboração própria com base nos valores das Tabelas A-6 menos os valores da Tabela A-7.

**Tabela A-9: PIB Estadual a preços de mercado corrente - R\$ mil**

UF/ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil- Média													
26	0,0476	0,1531	1,17	17,64	443,5	2.314,5	24.611,1	541.238,0	13.405.460,2	24.806.354,2	29.898.186,3	33.423.963,9	35.086.378,3
PE	0,0350	0,1101	0,79	11,61	307,1	1.742,2	17.090,3	363.539,7	9.038.811,7	17.460.790,6	21.391.138,6	23.439.348,9	24.810.246,8
SC	0,0435	0,1363	1,07	19,26	431,2	2.106,0	24.784,6	501.168,6	12.780.154,3	23.572.605,9	29.453.732,8	31.874.671,9	32.434.064,5
SP	0,4422	1,5015	11,61	173,52	4.275,2	21.251,5	227.461,7	4.916.925,1	119.252.798,6	229.196.865,2	272.034.909,1	308.892.569,8	324.152.475,7
BA	0,0637	0,1873	1,46	20,75	519,0	2.652,4	28.114,1	611.119,1	14.972.464,7	26.769.071,5	32.989.503,0	37.020.911,1	38.759.096,9

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota 1:** Elaboração própria com base nos dados retirados de <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2010.

**Nota 2:** Como o Estado do Tocantins foi criado somente em 1988, optou-se por elaborar a média dos demais Estados, excluindo-se este.

**Tabela A-10: Resultado orçamentário/PIB - estadual - %**

UF/ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil-Média 26	(1,01)	(0,29)	(0,53)	(0,82)	(2,54)	(0,86)	(0,71)	(0,79)	(2,86)	(1,94)	(0,19)	0,99	(1,34)
PE	(0,51)	1,31	0,04	0,36	0,02	(0,48)	(0,15)	(0,41)	0,33	(0,95)	1,39	(0,31)	(2,33)
SC	(1,50)	0,49	0,16	0,19	(1,53)	(1,00)	(1,41)	(0,78)	(1,11)	(1,20)	0,74	(0,36)	(0,67)
SP	(0,05)	(0,66)	(1,15)	(0,89)	(2,11)	(1,25)	(2,04)	(3,00)	(2,37)	(0,33)	(0,00)	3,36	0,02
BA	(1,83)	0,26	(0,99)	0,43	(0,92)	1,81	(0,66)	(0,43)	(1,23)	(1,06)	(0,55)	3,09	(2,26)

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota:** Elaboração própria com base nos valores da Tabela A-8 dividido pelos valores da Tabela A-9.

**Tabela A-11: Índices de preços ao consumidor: Base 1986=100**

IPCC Variação anual	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Florianópolis-ITAG	100	499,15	4933,29911	103509,495	1886460,551	12431586,39	188019042	5243362231
São Paulo-IPCA	100	444,2996	4769,00275	95776,0628	1680873,359	9692143,144	117068354,6	2999946097
Salvador-IPCA	100	441,6818	1759,88658	19259,9393	434543,4329	7375615,164	42604263,02	1061835463
Recife-IPCA	100	489,0634	5204,03896	105617,929	1960578,196	11997195,02	137429724,4	3558394600
Brasil-IPCA	100	463,4115	5005,83378	103766,51	1785786,847	10227201,27	124679887,5	3213184131

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota 1:** Elaboração própria com base nos dados retirados de: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR: Precos\_Indices\_de\_Precos\_ao\_Consumidor/IPCA/**Resultados\_IPCA\_e\_INPC\_1979\_a\_1999** Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/)> Acesso em: Dez. 2010; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 2010; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC): **ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR.** Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em set. 2010. BRASIL. Presidência da República. Núcleo de Assuntos Estratégicos-NAE. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. **Contas Regionais.** Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: outubro 2010. BRASIL. Universidade Estadual de Santa Catarina. Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas – ESAG. Instituto Técnico de Administração e Gerência. **ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR.** Custo de Vida Florianópolis. Relatórios de Dezembro 88 a Dezembro de 2009.

**Nota 2:** O Custo de Vida (UDESC/ITAG) Florianópolis reflete a variação de preços incidentes sobre os orçamentos de famílias florianopolitanas, com rendimentos de 1 a 20 salários mínimos. Para as demais regiões metropolitanas, o IPCA do IBGE mede a variação do custo de vida das famílias com chefes assalariados e com rendimento mensal compreendido entre 1 e 40 salários mínimos mensais.

**Tabela A-12: Índices de preços ao consumidor: Base 1994=100**

Ipç Variação anual	1994	1995	1996	1997	1998
Florianópolis-ITAG	100	119,63	131,67	138,60	141,11
São Paulo-IPCA	100	123,83	137,57	145,49	146,58
Salvador-IPCA	100	120,86	129,96	134,61	137,16
Recife-IPCA	100	122,08	134,02	138,42	142,00
Brasil-IPCA	100	122,41	134,12	141,12	143,46

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

**Nota 1:** Elaboração própria com base nos dados retirados de BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR:

Precos\_Indices\_de\_Precos\_ao\_Consumidor/IPCA/**Resultados\_IPCA\_e\_INPC\_1979\_a\_1999** Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/)> Acesso em: Dez. 2010; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 2010; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC): **ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR.** Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em set. 2010. BRASIL. Presidência da República. Núcleo de Assuntos Estratégicos-NAE. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. **Contas Regionais.** Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: outubro 2010. BRASIL. Universidade Estadual de Santa Catarina. Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas – ESAG. Instituto Técnico de Administração e Gerência. **ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR.** Custo de Vida Florianópolis. Relatórios de Dezembro 88 a Dezembro de 2009.

**Nota 2:** O Custo de Vida (UDESC/ITAG) Florianópolis reflete a variação de preços incidentes sobre os orçamentos de famílias florianopolitanas, com rendimentos de 1 a 20 salários mínimos. Para as demais regiões metropolitanas, o IPCA do IBGE mede a variação do custo de vida das famílias com chefes assalariados e com rendimento mensal compreendido entre 1 e 40 salários mínimos mensais.